

REFORMA, PARTE 1 TRIBUTARIA

AVANÇOS E CONQUISTAS >>>

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) avalia que houve avanços importantes no texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024 aprovado nesta quarta-feira, 10 de julho, pela Câmara dos Deputados. O texto substitutivo, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), acolheu diversos pleitos do setor produtivo, em especial das empresas prestadoras de serviços, que mais geram empregos no País.



Impostos sobre direitos do trabalhador

Positivo Positivo

O que a CNC conquistou

Foram excluídos da incidência de IBS e CBS os serviços de planos de saúde e de fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação, quando decorrentes de Convenção Coletiva de Trabalho.

Por que isso é importante?

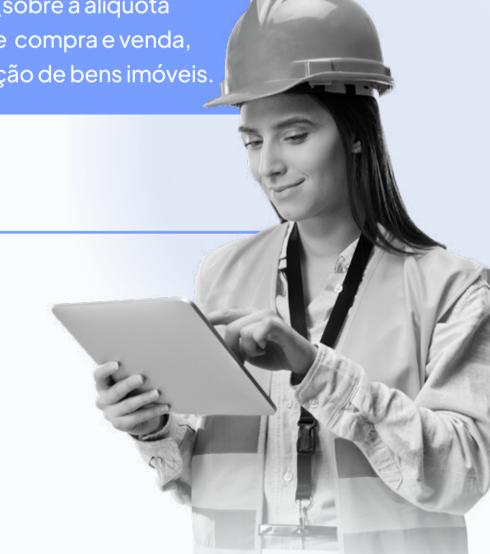
Porque diminui o custo desses benefícios para as empresas.

Regime específico de bens imóveis

Positivo, mas pode melhorar

Como funciona

Oferece desconto de 40% (sobre a alíquota de 26,5%) nas operações de compra e venda, administração e intermediação de bens imóveis.

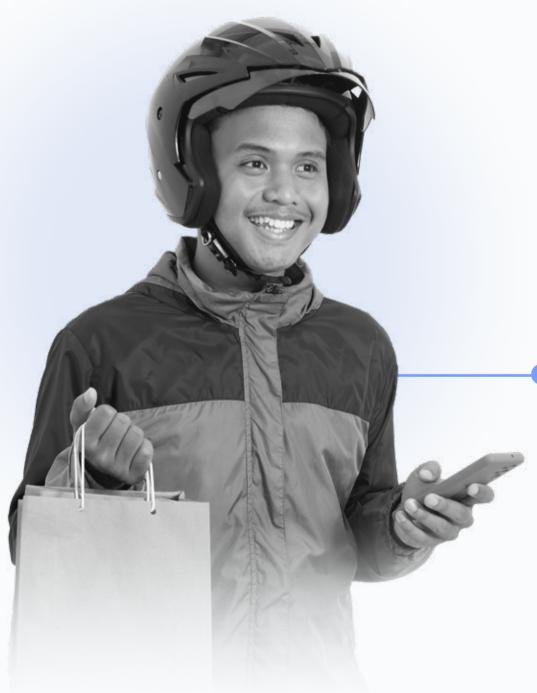


O que melhorou

O serviço de construção civil foi incluído no regime, e o valor de referência foi excluído da base de cálculo do IBS e da CBS nas atividades imobiliárias. Agora, é considerado apenas o valor da operação.

O que a CNC acha que pode melhorar

O desconto deveria ser de 80%.



Delivery em bares e restaurantes

Positivo, mas pode melhorar



😭 O que melhorou

A taxa de delivery foi excluída da Base de Cálculo do Regime Diferenciado.

Por que isso é importante?

É necessária uma revisão do conceito de contribuintes e maior clareza na sistemática de cálculo. Seria mais adequada a aplicação de uma redução de 60% na alíquota de referência.

Hotelaria, parques de diversão e parques temáticos



Negativo

O que a CNC acha que pode melhorar

A proposta de estimativa futura de uma alíquota gera insegurança, seria mais adequada a fixação na lei complementar de uma redução de 60% na alíquota padrão.

Por que isso é importante?

Porque alinharia o turismo brasileiro a práticas internacionais. A proposta atual não atende plenamente às necessidades de competitividade e atração de investimentos do setor.



Saiba mais em:

reformatributaria.portaldocomercio.org.br





portaldocomercio.org.br